

3778 S.A. CNPJ/ME nº 34.458.035/0001-90 - NIRE 41300319294 ("Companhia")
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação
Ficam os senhores acionistas convocados para comparecerem às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizarem-se às 14 (quatorze) horas do dia 22 de maio de 2024 na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 4º andar, Ed. New Star, Jardim Paulistano, CEP 01452-924, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos Administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (ii) Deliberar e destinar o prejuízo do referido exercício social; e (iii) Fixar a verba global anual dos administradores. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Eleição do Conselho de Administração. Sem mais para o momento. Atenciosamente,
São Paulo, 02 de maio de 2023
Sérgio Azoury Galvão - Presidente do Conselho de Administração

AGROPESP - AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. CNPJ: 04.965.968/0001-03
Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em Reais)
ATIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa
Contas a Receber
Impostos a Recuperar
Despesas Antecipadas
Valores em garantia
Outras Contas a Receber
Total do Ativo Circulante
ATIVO NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo
Depósitos Judiciais
Partes Relacionadas
Impostos a Recuperar
Total do Realizável a Longo Prazo
Investimentos
Imobilizado
Total do Ativo Não Circulante
TOTAL DO ATIVO

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Reserva de Lucros
Reserva Legal
Retenção de Lucros
Lucros Acumulados
Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2021
Resultado do Exercício
Aumento de Capital
Realização da Reserva de Reavaliação
Constituição de Reserva Legal
Dividendos Mínimos Obrigatórios
Destinação para Reservas
Em 31 de dezembro de 2022
Resultado do Exercício
Realização da Reserva de Reavaliação
Constituição de Reserva Legal
Dividendos Mínimos Obrigatórios
Destinação para Reservas
Em 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS: A companhia tem como atividade preponderante, a extratividade agrícola, pecuária, a industrialização e comércio de tais produtos, as pesquisas, colonização, o comércio interno, arrendamento de terras, bem como o plantio e cultivo de sementes e mudas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido.
NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1. Ativos e Passivos circulares e não circulares: Os ativos circulares e não circulares, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulares e não circulares, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. 3.2. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e reavaliações de 1995. Os bens são depreciados pelo método linear, a taxas consideradas normais, estabelecidas em função da vida útil e econômica dos bens. 3.2.1. Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos: Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulares, para determinar se estes ativos sofrem perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo. 3.3. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes a provisões de natureza cíveis e fiscais. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e imprecisões periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. 3.4. Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. 3.5. Vendas com preço a fixar - Soja: As operações de vendas com preços a fixar estão registradas nas receitas pelo valor das notas fiscais de venda, sem ajuste a valor de mercado, sendo o custo dos produtos vendidos provisionados pelo mesmo valor da venda. A partir de 2022 foi criada estimativa dos contratos a fixar, de atualização com base no preço do soja. A atualização acumulada dos contratos de soja, a qual é revertida para contas a receber na realização da venda dos contratos por ocasião de emissão das notas fiscais complementares. 3.6. Apropriação do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência para apuração de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Bancos
Aplicações Financeiras
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa
NOTA 5 - CONTAS A RECEBER
Venda de soja (a)
Valores a receber - arrendamento de terras (b)
(-) Perdas - Redução valor recuperável (c)
Contratos a fixar (d)
Total de Contas a Receber

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
Aos Diretores e Acionistas da AGROPESP - AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A.
União da Vitória - PR. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da AGROPESP - AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Base para opinião com ressalva: A empresa não vem utilizando a base de cálculo adequada dos impostos incidentes sobre a receita de arrendamento (IRPJ e CSLL) sendo o correto 32% e o que vem sendo utilizado considera 8%, conforme determina a legislação fiscal. Esta contingência tributária importa em R\$ 722.827 em 31 de dezembro de 2023, que não está refletida nas demonstrações contábeis. Consequentemente o patrimônio líquido teria sido reduzido neste valor. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos inde-

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Nota 2023 2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO
RECEITA COM VENDAS
Custos das mercadorias vendidas
LUCRO OPERACIONAL BRUTO
Recargas (Despesas) Operacionais Despesas Administrativas
Depreciação e amortização
Despesas Tributárias
Outras Receitas (Despesas)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais
Resultado Antes do Resultado Financeiro
Receitas Financeiras
Despesas Financeiras
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro
Imposto de Renda
Contribuição Social
Resultado do Exercício

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Resultado do Exercício
Outros resultados Abrangentes
Resultado Abrangente Total do Exercício
NOTA 10 - IMOBILIZADO
TAXAS ANUAIS DE DEPRECIACAO
Em 31 de dezembro de 2021
Custo
Depreciação Acumulada
Valor Líquido
Aquisições
Baixas
Transferências
Depreciação
Baixas de Depreciação
Saldo Final
Em 31 de dezembro de 2022
Depreciação Acumulada
Valor Líquido
Custo
Depreciação Acumulada
Valor Líquido

NOTA 11 - FORNECEDORES
Forneceores Nacionais
Total de Fornecedores
NOTA 12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS
Honorários a pagar
Salários a pagar
INSS a Recolher
FGTS
Provisão de Férias
Rescisesões a pagar
Total de Obrigações Sociais
NOTA 13 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
Provisão para Imposto de Renda
Provisão para Contribuição Social
IRRF s/Folha de Pagamento
IRRF s/Prestação de Serviços
PIS Retido na Fonte
COFINS Retido na Fonte
CSLL Retido na Fonte
Parlamento Simplificado
Total das obrigações sociais
NOTA 14 - OUTROS CRÉDITOS
Dividendos a pagar
Dividendos Mínimos Obrigatórios
Total de Outros Créditos
NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: 15.1. Contingências Prováveis: Para os processos em andamento classificados como risco provável a Companhia constituiu provisão para contingência no montante de R\$ 21.910.808 com base em seu julgamento histórico de perdas prováveis e suportada pelos seus assessores jurídicos:
2023 2022
Contingências Cíveis 21.986.160 19.164.616
Contingências Fiscais 21.986.160 19.164.616
Total de Provisão de Contingências 43.972.320 38.329.232
a) Processo Ambiental IBAMA/SEMA nº 0000708-49.2014.4.01.3604 e 5001914-81.2014.4.04.7014: Trata-se de execução fiscal que visa a cobrança de crédito oriundo do auto de infração nº 586.656-D movida pelo IBAMA e pela SEMA. A ação foi julgada improcedente, os assessores jurídicos apresentaram apelação ao Tribunal e foi concedido efeito suspensivo. A IBAMA recorreu da decisão e foi apresentado contrarrazões. No dia 13 de setembro de 2019 foi protocolada petição informando o descumprimento do efeito suspensivo da apelação. O valor da ação estimado pelos assessores jurídicos é de R\$ 21.910.808 baseado-se na atualização do valor apresentado pelo IBAMA em novembro de 2022 e considerando uma possível condenação em honorários de 2º grau. Para a vigência do ano de 2023 a possibilidade de perda foi mantida com risco provável tendo em vista a decisão judicial desfavorável a requerida.
Base de Cálculo
Valor Corrigido (Dezembro/2023) * 15.877.397
Multas (20%) 3.175.479
Despesas com Aplicações Financeiras 2.857.931
Honorários (15%) 21.910.808
Total 21.910.808
b) Valor atualizado pela SELIC acumulada mensal (% a.m.) - calculado pro rata die.
Valor indenizatório nº 0046878-42.2012.8.16.0001: Trata-se de ação indenizatória ingressada pela AGROPESP contra a empresa Inso Intertrading do Brasil Ind. e Com. Ltda.,

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro
Método Indireto - (Em Reais)
2023 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Resultado do Exercício
Ajustados por:
Depreciação e Amortização
Baixas líquidas de Imobilizado
Provisão para Contingências
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais
Contas a Receber
Impostos a Recuperar
Outras Contas a Receber
Despesas Antecipadas
Fornecedores
Obrigações Sociais
Obrigações Tributárias
Outras Obrigações
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
Aquisição do Ativo Imobilizado
Distribuição de Dividendos
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
Variação com Partes Relacionadas
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES
DE CAIXA
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício

cuja ação foi julgada improcedente. A ré interps embargos de declaração, que foram providos e recurso de apelação, que foi provido em parte. A AGROPESP foi condenada a pagar honorários de sucumbência 10% sobre valor da causa, mensurados pelos assessores jurídicos em R\$ 75.352. 15.2. Contingências Possíveis: A AGROPESP AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização:
a) Processo nº 2013.002730/2004-63: Trata-se de processo administrativo para apuração de suposta infração ambiental de "desmatar, a corte raso, 573,6 ha de floresta situada nos limites da Reserva Legal da propriedade Fazenda São Paulo". O valor atualizado da multa é de R\$ 1.167.865,71. b) Processo nº 92885/2014: Trata-se de processo administrativo para apuração de suposta infração ambiental de "Fazer uso de fogo em 246,6380 hectares de área agropastoral, sem autorização do órgão ambiental competente e em período proibitivo de queimadas". O valor atualizado da multa é de R\$ 384.952,24. c) Processo nº 10183.746500/2019-15: Trata-se de processo administrativo para apuração de lançamento menor do ITR de 2016 da Fazenda São Paulo. A discussão é sobre o valor da terra nu.
NOTA 16 - EMPRESAS COLIGADAS
Madeiraira Thomas S.A.
Total de Empresas Coligadas
NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 6.309.000,00 (seis milhões, trezentos e nove mil reais), o qual é dividido em 15.220.940 (quinze milhões, duzentas e vinte mil, novecentos e quarenta) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 13.777.507 (treze milhões, setecentas e setenta e sete mil e quinhentas e sete) ações ordinárias e 1.443.433 (um milhão, quatrocentas e quarenta e três mil, quatrocentas e trinta e três) ações preferenciais.
NOTA 18 - RECEITA COM VENDAS
Venda de Soja
Arrendamento Rural
Recarga Operacional Bruta
(-) Impostos e Vendas
Recarga com Vendas
NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
Receitas Financeiras
Descontos Obtidos
Variação Cambial Ativa
Variação Monetária Ativa
Total das Receitas Financeiras
Despesas Financeiras
Multas e Juros
Despesas bancárias
IOF (527)
Despesas com Aplicações Financeiras
Variação Cambial Passiva
Variação Monetária Passiva
Outras despesas financeiras
Total das (Despesas) Financeiras
Resultado Financeiro Líquido

demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Joinville (SC), 19 de abril de 2024.
SIMONE MATHIAS LEITE Contadora
JEFERSON CRISTIAN KAMANSKI Contador
CRC (RS) nº 053.378-T-SC CNAI 3252 CRC (SC) nº 042.020-O-4 CNAI 5.763
SAPPIA AUDITORES E CONSULTORES
CRC (SC) nº 8.745/O-1 CVM nº 12.106



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 06/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 06/05/2024 09:34:08
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 2f59d5ba1114790b77b67b88493af8ffaebb8de7c7976fbb934879944a6afc4



Assinatura

Assinado em: 06/05/2024 09:34:15
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 09570162000130
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 1e44ae82c56d49a0b7b4b73ed9498421



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.46.164	-25.4345216 , -49.2568576	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



MADEIREIRA THOMASI S.A. CNPJ: 81.637.431/0001-65

RELATORIO DA DIRETORIA: O panorama econômico durante o ano de 2023 retratou diretamente as repercussões geopolíticas e os fenômenos naturais. Do ponto de vista econômico, as taxas de juros atingiram níveis recónditos em uma tentativa de controlar a inflação global, o que resultou em uma significativa queda na demanda e nos preços dos produtos madeireiros.

chinesa a ceder para vender, durante o 3º trimestre de 2023, o cenário voltou a tendência de alta, conforme o corte da produção de grandes empresas do setor e a recuperação ainda que lenta da demanda chinesa. Os sortimentos > 18 cm apresentaram retração de 15%. Quanto à área reflorestada, foram implantados 85ha em 2023, crescendo em 7% a área total de cultivo, sendo 4% em áreas, os quais estão valorizados no laudo do ativo biológico pelo custo de reposição a valor de mercado, o que viveu aumento significativo no valor R\$/ha da floresta florestal, principalmente pelo aumento do custo dos insumos, em especial dos combustíveis, diretamente ligados ao custo de implantação e manutenções florestais.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Consolidado
2023 2022
RECEITA LÍQUIDA 14.421.348 13.717.794
Perdas Eventuais (2.713) (25.793)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (882.933) 12.216.253

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Controladora Consolidado
2023 2022
ATIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa 4 19.250.728 4.191.074 25.244.583 19.887.175

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Controladora Consolidado
2023 2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PASSIVO CIRCULANTE
Fornecedores 13 361.553 847.283 395.747 920.512

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro - (Em Reais)
Controladora Consolidado
2023 2022
Resultado do exercício (1.123.202) 5.457.553 (973.401) 5.512.794

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados - (Em Reais)
Reservas de Lucros
Capital Social 3.038.715 465.950 2.448.822
Reserva de Capital 157.598 12.211.646 10.659.998

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados - (Em Reais)
Reservas de Lucros
Lucros (Prejuízos) Acumulados 5.457.553 (1.123.202) 4.334.351
Patrimônio Líquido Controladores 46.724.877 58.946.702 46.724.877

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro Método Indireto - (Em Reais)
Controladora Consolidado
2023 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1.123.202) 5.457.553 (1.123.202) 5.457.553

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS: A Companhia tem como atividade preponderante o beneficiamento de madeiras em geral. Operando no segmento de Agroindústria, produz chapas de madeira compensada.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER
Controladora Consolidado
2023 2022
Clientes Nacionais 138.188 420.553 6.976.368 8.195.604

NOTA 8 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A Companhia possui um contrato de operação comercial com a empresa Agro Florestal São Caetano S/A, estes valores referem-se às operações de compra de madeiras em pé da companhia ligada. Para estes mútuos apresentados não incide nenhum encargo financeiro.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: RAS: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

NOTA 6 - IMPOSTOS A RECUPERAR
Controladora Consolidado
2023 2022
Siscred Norma de Proc. Fiscal 537.224 1.353.383 537.224 1.353.383

NOTA 9 - INVESTIMENTOS: Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os investimentos em sociedades controladas e coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

NOTA 10 - IMOBILIZADO CONTROLADORA
Controladora
Terrenos Edifícios Imóveis Máquinas e Equipamentos Móveis e Utensílios Veículos Aeronave Equipamentos de Dados Ferramentas Beneficiárias em Andamento Total

NOTA 11 - IMOBILIZADO - CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST): A Companhia e suas controladas apuram o valor justo de determinadas classes de ativo imobilizado: terras florestais, terrenos urbanos, edificações e máquinas e equipamentos.

Participação em Coligadas/Controladas (a)
Controladora Consolidado
2023 2022
Participação em outras Empresas 627 627 927 927

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Controladora Consolidado
2023 2022
Caixa 1 1 1 1.167

NOTA 12 - IMOBILIZADO - CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST): A Companhia e suas controladas apuram o valor justo de determinadas classes de ativo imobilizado: terras florestais, terrenos urbanos, edificações e máquinas e equipamentos.

NOTA 13 - IMOBILIZADO - CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST): A Companhia e suas controladas apuram o valor justo de determinadas classes de ativo imobilizado: terras florestais, terrenos urbanos, edificações e máquinas e equipamentos.

NOTA 14 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Controladora Consolidado
2023 2022
Caixa 1 1 1 1.167

NOTA 15 - IMOBILIZADO - CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST): A Companhia e suas controladas apuram o valor justo de determinadas classes de ativo imobilizado: terras florestais, terrenos urbanos, edificações e máquinas e equipamentos.

NOTA 16 - IMOBILIZADO - CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST): A Companhia e suas controladas apuram o valor justo de determinadas classes de ativo imobilizado: terras florestais, terrenos urbanos, edificações e máquinas e equipamentos.

10.2. Perdas pela recuperabilidade de imobilizado - (Impairment): A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2023 com base em análise realizada.

Nota 11 - Intangível	Software	Total
Controladora e Consolidado		
Taxas de Depreciação	20%	
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	154.901	154.901
Amortização Acumulada	(117.103)	(117.103)
Valor Contábil	37.798	37.798
Adições	67.761	67.761
Amortização	(10.352)	(10.352)
Saldo Final	95.207	95.207
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	222.662	222.662
Amortização Acumulada	(127.455)	(127.455)
Valor Contábil	95.207	95.207
Baixas	(750)	(750)
Amortização	(12.887)	(12.887)
Saldo Final	81.570	81.570
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	221.912	221.912
Amortização Acumulada	(140.342)	(140.342)
Valor Contábil	81.570	81.570

NOTA 12 - ATIVO BIOLÓGICO

Controladora	2023	2022
Custo de formação dos Ativos Biológicos	3.851.843	3.097.533
Diferencial do Valor Justo	17.975.767	23.337.481
Total Ativo Biológico	21.827.610	26.435.014
Movimentação do período	2023	2022
Saldo Anterior	26.435.014	20.695.668
Perdas	(2.713)	(25.793)
Plano/ Manutenção	757.023	930.150
Exaustão/ Realização da Reserva	(4.478.781)	(7.381.264)
Varição de valor justo	(882.933)	12.216.253
Total Ativo Biológico	21.827.610	26.435.014

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de Pinus e Eucalyptus. A Companhia possui reflorestamentos implantados em suas terras e de terceiros, onde com terceiros foram firmados contratos de parceria agrária, tendo como objetivo o cultivo de árvores para posterior colheita. Os contratos de parceria agrária firmados entre o Outorgante: Agro Florestal São Caetano, Antônio Roque Thomasi e Alfredo Thomasi e a Outorgada: Madeireira Thomasi S/A, estabelecem que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 40% para o Outorgante e 60% para o Outorgado. O contrato de parceria agrária da Fazenda São Caetano, remunera o proprietário da terra com 30% da produção dos reflorestamentos. Os contratos foram renovados em 2023 e tem vigência até 31/12/2045. O contrato de arrendamento rural firmado na Fazenda Bertoneleto, em uma propriedade da Madeireira Thomasi e os outorgantes, Guilherme Damiani Ransolin, Leandro Damiani Ransolin, Leonardo Damiani Ransolin, fica estabelecido que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o Outorgante e 50% (cinquenta por cento) para o Outorgado. O contrato foi firmado em 2019 e tem vigência até 2049, 2 ciclos florestais de 15 anos. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. **12.1. Resultado da avaliação dos ativos biológicos na adoção inicial:** Foi contratada empresa especializada para emissão dos laudos de avaliação a valor justo dos ativos biológicos na adoção inicial no exercício de 2016. Como resultado da avaliação realizada pela empresa especializada, abaixo apresentamos os ativos biológicos a valor justo, apurado na "adoção inicial", considerando a proporção estabelecida nos contratos de parceria agrária para os ativos biológicos implantados em terras de terceiros e para aqueles implantados em suas próprias terras.

Controladora	2023	2022
Valor Justo Ativo Biológico Pinus/ Eucalypto	17.975.767	23.337.481
Total Base de Cálculo Avaliação Valor Justo	17.975.767	23.337.481
IRPJ (25%)	(4.493.942)	(5.834.371)
CSLL (9%)	(1.617.819)	(2.100.373)
Valor Reserva de Ativos Biológicos	11.864.006	15.402.737

12.2. Produção em terras de terceiros: A Companhia possui contratos de parceria agrária não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de terceiros. Estes contratos foram renovados e possuem validade até 31 de dezembro de 2045. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa 93,4% da área total com ativos biológicos da Companhia. **12.3. Premissas para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos: Adoção Inicial e revisões posteriores:** a) O valor justo dos ativos biológicos foi determinado a preço de mercado, levando em consideração os dados de inventário florestal e a prognose calculada através dos sistemas SISPINUS e SISEUCALYPTUS, desenvolvido pela EMBRAPA; b) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos; c) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a taxa de juros praticada no mercado nacional; d) O valor da madeira foi fixado pela tabela de preços de mercado, evitando-se em consideração os sortimentos a serem obtidos nos desbastes (cortes sistemático-seleto e corte seletivo) e no corte final da floresta; e) Diferentemente de culturas agrícolas, as florestas não possuem sistemas de produção fixos. Cada povoamento exige um manejo específico, que envolve tratamentos variados como desbastes de diferentes tipos, intensidades e épocas, e variações na idade do corte final. Estes tratamentos variam em função de fatores como: objetivo industrial da produção, qualidade do local (solo, clima), material genético, espaçamento e densidade; f) São determinados os custos das manutenções e do manejo dos reflorestamentos, a partir da implantação até a rotação final 20 (vinte) anos para o gênero Pinus e de 12 (doze) anos até 17 (dezesseis) anos para o gênero Eucalyptus; g) Os custos de implantação e manutenção correspondem ao plantio das florestas e aos traços silviculturais, de proteção contra pragas e doenças e das operações de vigilância dos reflorestamentos, nos períodos compreendidos entre os desbastes necessários à formação dos reflorestamentos a até corte final; h) Sobre o valor presente líquido (VPL) foi aplicada a porcentagem do ativo biológico pertencente a Madeireira Thomasi S/A, daqueles ativos biológicos implantados em terras de terceiros, através dos contratos de arrendamento das terras; i) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações. Para estas revisões é contratada empresa especializada para emissão dos laudos técnicos.

Controladora	Consolidado	
2023	2022	
FORNECEDORES		
Fornecedores Nacionais	361.553	406.916
Fornecedores Estrangeiros	-	440.367
Total de Fornecedores	361.553	847.283
NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Controladora	Consolidado	
2023	2022	
Folha de Pagamento - Matriz	70.015	106.118
Honorários de Diretoria a Pagar	15.467	17.275
INSS a Recolher - Matriz	23.357	21.508
INSS a Recolher - Terceiros	2.252	2.172
INSS Rural a Recolher	4.841	10.936
SENAR - Serv. Nac. de Aprendizagem Rural	3.011	2.074
FGTS a Recolher - Matriz	18.792	17.773
Provisão PFérias	173.661	331.202
Rescisões Contratistas a Pagar	-	280
Sindicato a Pagar	528	1.091
Pensão Trabalhadores de U da Vitória	816	855
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	312.740	511.004

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
 Aos Diretores e Acionistas da MADEIREIRA THOMASI S.A. - União da Vitória - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MADEIREIRA THOMASI S.A., identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MADEIREIRA THOMASI S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MADEIREIRA THOMASI S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS

Circulante	Controladora	Consolidado
2023	2022	2022
Provisão p/Imposto de Renda	-	464.060
Contribuição Social x Lucro	-	180.253
IRRF s/Folha de Pagamento	24.408	23.682
IRRF s/Prestação de Serviços	1.306	523
COFINS Retido na Fonte	1.301	648
PIS Retido na Fonte	282	140
CSLL Retido na Fonte	434	216
INSS Retido s/Prestação de Serviços	987	943
ISS Retido na Fonte	3.226	1.179
PIS a Recolher	2.730	5.685
COFINS a Recolher	15.003	28.701
Parcelamento Simplificado PGFN - CSLL	7.700	7.700
Parcelamento Simplificado Multa Isolada	-	-
Parcelamento Simplificado - PIS	57.835	52.198
Total Circulante	115.212	765.928
Não Circulante		
PIS a Recolher	1.314	1.314
COFINS a Recolher - Matriz	1.275	1.275
COFINS a Recolher - Curitiba	1.058	1.058
COFINS a Recolher - Filial	320	320
Parcelamento Simplificado - PIS	43.376	91.348
Total de Obrigações Tributárias	47.343	95.315
Total de Obrigações Tributárias	162.555	861.243
Controladora	Consolidado	
2023	2022	
Imposto de Renda Diferido-AAP	6.238.369	6.449.304
Contribuição Social Diferida-AAP	2.245.813	2.321.750
Imposto de Renda Diferido-AVJ	4.493.942	5.834.371
Contribuição Social Diferida-AVJ	1.617.820	2.100.373
Total de Impostos Diferidos	14.595.944	16.705.798

NOTA 17 - DIVIDENDOS A PAGAR

Circulante	Controladora	Consolidado
2023	2022	2022
Thomasi Participações	324.567	747.812
Nelson Thomasi	41	107
Espólio de Antonio R. Thomasi	314.106	646.676
Total de Dividendos a Pagar	638.714	1.394.595

NOTA 18 - IMPOSTOS DIFERIDOS: Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado foram registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributárias. Os saldos dos impostos diferidos passivos são:

Controladora	Consolidado	
2023	2022	
Contingências Cíveis	1.302	21.987.462
Contingências Tributárias	216.518	421.530
Total de Contingências Provisáveis	217.820	22.203.990

a) Processo nº 12571.000369/2010-15: Compensação indevida de créditos tributários próprios apropriando-se de créditos de PIS e COFINS não-cumulativos decorrentes de entradas vinculadas a exportações, originados de pedidos de ressarcimento referentes ao 3º trimestre de 2005 até 4º trimestre de 2006; Impugnação ao mandado de procedimento fiscal nº 09104000224/10 no valor de R\$ 39.803,62 (atualizado em dezembro de 2010), protocolada em 03/01/2011, requerendo a total anulação do crédito tributário exigido. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recursos voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 86.007,66. **b) Processo nº 10940.720.526/2011-12: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2005, no valor de R\$ 27.695,17 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 6.447,78, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2005. De cisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 10.991,00. **c) Processo nº 10940.720.511/2011-46: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2005, no valor de R\$ 18.908,23 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 3.748,08, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2005. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 6.344,27. **d) Processo nº 10940.720.512/2011-91: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006, no valor de R\$ 17.300,29 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 3.562,01, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 6.322,88. **e) Processo nº 10940.720.518/2011-68: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 2º trimestre de 2006, no valor de R\$ 22.239,38 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.940,35, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 2º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 3.356,43. **f) Processo nº 10940.720.515/2011-24: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006, no valor de R\$ 25.876,52 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.720,40, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 2.914,61. **g) Processo nº 10940.720.513/2011-35: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006, no valor de R\$ 22.303,17 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.144,97, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 1.930,44. **h) Processo nº 10940.720.509/2011-22: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 4º trimestre de 2005 no valor de R\$ 87.116,42 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 17.261,54, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 4º trimestre de 2005. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 29.373,29. **i) Processo nº 10940.720.028/2011-61: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006 no valor de R\$ 79.686,16 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 16.406,83, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 28.484,09. **j) Processo nº 10940.720.510/2011-89: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 2º trimestre de 2006 no valor de R\$ 103.309,71 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 9.871,13, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 2º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 17.096,06. **k) Processo nº 10940.720.521/2011-81: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006 no valor de R\$ 119.118,83 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 7.924,27, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 14.238,57. **l) Processo nº 10940.720.524/2011-15: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006 no valor de R\$ 102.729,72 (em dezembro de 2010);** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 5.273,80, por isso apresentada manifestação de inconformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 9.549,07. **m) Processo nº 0001779-29.2023.8.16.0174: Ação de Exibição de Documentos de autoria de José Maurício dos Santos no valor de R\$ 1.302,00. 19.2. Contingências Provisáveis - AGROPESP:**

a) Processo Ambiental IBAMA/SEMA nº 0000708-49.2014.01.3604 e 5001914-81.2014.04.7014: Trata-se de execução fiscal que visa a cobrança de crédito oriundo do auto de infração nº 586.656-D movida pelo IBAMA e pela SEMA. A ação foi julgada improcedente, os assessores jurídicos apresentaram apelação ao Tribunal e foi concedido efeito suspensivo. A IBAMA recorreu da decisão e foi apresentado contrarrazões. No dia 13 de setembro de 2019 foi protocolada petição informando o descumprimento do efeito suspensivo da apelação. O valor da ação estimado pelos assessores jurídicos é de R\$ 21.910.808 baseado-se na atualização do valor apresentado pelo IBAMA em novembro de 2022 e considerando uma possível condenação em honorários de 2º grau. Para a vigência do ano de 2023 a possibilidade de perda foi mantida para risco provável tendo em vista a recente decisão judicial desfavorável a requerida.

b) Responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas

Valor Corrigido (Dezembro/2022)*	Base de Cálculo
Multa (20%)	15.877.337
Honorários (15%)	1.375.479
Total	2.857.931
	21.910.808

*Valor atualizado pela SELIC acumulada mensal (% a.m.) - calculado pro-rata die.
b) Ação indenizatória nº 0046878-42.2012.8.16.0001: Trata-se de ação indenizatória ingressada pela AGROPESP contra a empresa Insof Intertrading do Brasil Ind. e Com. Ltda., cuja ação foi julgada improcedente. A ré interpus embargos de declaração, que foram improvidos e recurso de apelação, que foi provido em parte. A AGROPESP foi condenada a pagar honorários de sucumbência 10% sobre valor da causa, mensurados pelos assessores jurídicos em R\$ 75.352. **19.3. Contingências Possíveis:** A MADEIREIRA THOMASI S.A. possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização: **a) Processo nº 0004854-57.2008.8.24.0052:** Em decisão, há prazo para manifestação de Vilmar de Lima visto o reconhecimento do parentesco com o autor. Processo migrado para EPROC. Intimação ao Autor para dar prosseguimento no feito. Valor estimado em R\$ 5.000. (2ºVC Porto União/SC (João Carlos Franco). **b) Processo nº 0004775-78.2008.8.24.0052:** Reconhecida a conexão entre os autos da usucapição, interdito proibitório e reintegração de posse, em fase de instrução processual. Valor estimado em R\$ 1.000. (2ºVC Porto União/SC (João Carlos Franco). **c) Processo nº 0013139-37.2019.8.16.0194:** Trata-se de ação de dissolução parcial de sociedades agendada pelo Espólio de Antonio Roque Thomasi, autuada sob o nº 0013139-37.2019.8.16.0194, e que tramita perante a 22ª Vara Cível de Curitiba. Inicialmente, foi concedida parcialmente a antecipação de tutela pedida pela parte contrária, para autorizar desde logo a aplicação de alguns efeitos da dissolução por ela pretendida. As Companhia interpus agravo de instrumento em face dessa decisão, o qual, num primeiro momento, foi desprovido, mas, em provimento a embargos de declaração, restou acolhido, para reformar a decisão que concedera a liminar. Na vara de origem, foi apresentada contestação e arguida a incompetência do juízo, o que recentemente foi acolhido, com a determinação de remessa dos autos à Comarca de União da Vitória. Sequencialmente, foi acolhida a preliminar de litisconsórcio passivo necessário, com o que sobreveio a apresentação de contestação por parte dos demais acionistas das companhias. No momento, o processo aguarda decisão de saneamento. A autora atribuiu a ação o valor de R\$ 100.000,00. Não houve a formulação de pretensão concreta relativamente ao valor dos haveres pretendidos, mesmo porque se discute, antes, o próprio cabimento do pedido de dissolução. Não há, no momento, honorários advocatícios vencidos, pendentes de recebimento. **d) Processo nº 0004894-92.2022.8.16.0174:** Trata-se de ação indenizatória movida pelo Espólio de Antonio Roque Thomasi em face da Madeireira Thomasi S/A, em que o Autor pede o reconhecimento da nulidade da "proposta e posterior aprovação da retificação das demonstrações Financeiras do Exercício de 2021...", bem como das deliberações decorrentes dessa retificação, pedindo que "... o acionista controlador seja obrigado a reconectar a continuação da Assembleia Geral Ordinária apenas para deliberar sobre a distribuição dos dividendos...". A Autora atribuiu a ação o valor de R\$ 100.000,00. Não há, no momento, honorários advocatícios, multas ou custas processuais vencidas ou pendentes de pagamento. **e) Processo nº 19.530.488-2:** Trata-se de auto de infração nº 134025 lavrado em 17/09/2022 por "Destruir vegetação nativa em estágio inicial de regeneração em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente. Área correspondente a 44,32 hectares. A situação atual é aguardar a designação de audiência de conciliação. O valor atualizado da multa é de R\$ 228.001,30. **f) Processo nº 19.530.513-7:** Trata-se de auto de infração nº 134026 lavrado em 17/09/2022 por "Destruir floresta em estágio inicial, sem autorização, no Bioma Mata Atlântica. Área correspondente a 48,52 hectares. A situação atual é aguardar a designação de audiência de conciliação. O valor atualizado da multa é de R\$ 273.094,89. **19.4. Contingências Possíveis - AGROPESP:** A AGROPESP possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização: **a) Processo nº 02013.002730.2004-63:** Trata-se de processo administrativo para apuração de suposta infração ambiental de "desmatar, a corte ras, 573,6 ha de floresta situada nos limites da Reserva Legal da propriedade Fazenda São Paulo". O valor atualizado da multa é de R\$ 1.167.865,71. **b) Processo nº 92885/2014:** Trata-se de processo administrativo para apuração de suposta infração ambiental de "Fazer uso de fogo em 246,630 hectares de área agropastoril, sem autorização do órgão ambiental competente e em período proibido de queimadas". O valor atualizado da multa é de R\$ 384.952,24. **c) Processo nº 10183.746500/2019-15:** Trata-se de processo administrativo para apuração de lançamento menor do ITR de 2016 da Fazenda São Paulo. A discussão é sobre o valor da terra no. O valor atualizado da multa é de R\$ 62.107,77. **NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 20.1. Capital Social:** O capital social é composto por 3.038.715 ações ordinárias nominativas totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **20.2. Reservas de lucros: 20.1. Reserva Legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após as devidas deduções, até atingir o limite de 20% do capital social. **20.2.2. Retenção de Lucros:** Após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da Reserva Legal, provisão para pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro

Documento final gerado em 06/05/2024 09:34:41

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 56ffe4309b8372282c2dcc8cd053923aa3432acac9532853c58340f60ccfaa2a



Assinatura

Assinado em: 06/05/2024 09:34:49

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: e0e325f41039a25e8eb36488f3aea4af



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.46.164	-25.4345216 , -49.2568576	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A. CNPJ: 75.713.081/0001-76

RELATÓRIODADIRETORIA

Em 2023, a empresa Agro Florestal São Caetano S/A manteve a operação florestal alinhada com a demanda e os valores praticados pelo mercado, respeitando o pilar principal da gestão florestal, de garantir a sustentabilidade do ativo, seguindo sua capacidade de produção conforme demanda da indústria parceira. A Agro Florestal São Caetano S/A manteve em conformidade a parceria com a empresa Madeireira Thomasi S.A., mediante a gestão racional dos seus ativos biológicos, adotando práticas de gestão e controles via plano estratégico plurianual de operação, considerando o orçamento anual de despesas e investimentos. Ao se tratar do mercado de venda de toras de pinus, a Agro Florestal São Caetano S/A foi favorecida, durante o ano de 2023, pela estabilidade do valor R\$/ton em pé das toras durante o período, sendo movimento das 3.667 toneladas, respeitando o contrato de parceria firmado com a Madeireira Thomasi S.A. Quanto ao ativo florestal em questão, foram implantados 85 novos hectares de mudas de pinus, conforme demonstrado no laudo de avaliação de Ativos Biológicos. Foi utilizado o melhor material genético disponível no mercado, e gestão *in loco* sobre os tratamentos silviculturais pertinentes, visando a alcançar

IMA (Incremento Médio Anual) de 45m³/hectare/ano. Deu-se continuidade ao plano de manutenção dos plantos com idade <= 4 anos, com as devidas intervenções silviculturais necessárias, visando a garantir o incremento desejado para a floresta, em linha com o objetivo de gerar florestas de múltiplos produtos, de alto valor agregado, seja para abastecimento da empresa parceira ou geração de renda junto ao mercado consumidor. Além das atividades técnicas de implantação, manutenção e comercialização de madeiras, foram executadas as atividades correlatas, como: Gestão e controles administrativos e operacionais, conservação do patrimônio por meio de vigilância de fazenda, bem como atenção das questões fundiárias das propriedades e a manutenção dos impostos (ITR), garantindo assim a perpetuidade da gestão dos ativos florestais da empresa. **AGRADECIMENTOS:** Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Maria Verônica Longo - Diretora

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em Reais)			
ATIVO	Nota	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	637	854
Impostos a Recuperar	5	1.841	1.841
Total do Ativo Circulante		2.478	2.695
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		85	85
Partes Relacionadas	6	10.229.323	10.090.615
Total do Realizável a Longo Prazo		10.229.408	10.090.700
Imobilizado			
Ativo Biológico	8	9.567.922	9.809.457
Total do Ativo Não Circulante		38.478.860	38.581.687
TOTAL DO ATIVO		38.481.338	38.584.382

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)						
	Reserva de Lucros					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de Lucros Biológicos	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021	1.328.759	1	265.751	7.537.651	4.251.626	12.229.876
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.907.218
Aumento de Capital	6.112.291	(1)	(5.207)	(6.107.083)	-	-
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	4.095.086	(4.095.086)
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo	-	-	-	-	(1.392.329)	1.392.329
Realização dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	(920.089)	920.089
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Biológico	-	-	-	-	312.830	(312.830)
Destinações Propostas						
Constituição de Reserva Legal	-	-	145.361	-	-	(145.361)
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	(24.105)	-	(666.359)
Destinação para Reservas	7.441.050	-	405.905	1.406.463	6.371.229	12.229.876
Em 31 de dezembro de 2022	18.681.050	-	405.905	1.406.463	6.371.229	12.229.876
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	41.965
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	474.677	(474.677)
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo	-	-	-	-	(161.390)	161.390
Realização dos Ativos Biológicos	-	-	-	-	(711.765)	711.765
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Biológico	-	-	-	-	242.000	(242.000)
Reversão de Lucros Destinados no Ano Anterior	-	-	24.105	(24.105)	-	-
Reversão de Dividendos Propostos de 2022	-	-	666.359	-	-	-
Destinações Propostas						
Constituição de Reserva Legal	-	-	25.587	-	-	(25.587)
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(121.536)
Destinação para Reservas	7.441.050	-	431.492	2.148.247	6.190.646	12.229.876
Em 31 de dezembro de 2023	25.613.664	-	431.492	2.148.247	6.190.646	12.229.876

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1 - INFORMACOES GERAIS: A Agro Florestal São Caetano S/A, se dedica a exploração de madeira em floresta plantada e floresta nativa e a agricultura de cereais e leguminosas, a pecuária de cria, de corte e leiteira, o plantio de florestas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido. **NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** 3.1. **Ativos e Passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. 3.2. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico, que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, em conformidade com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. 3.2.1. **Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos:** Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo. 3.2.2. **Imobilizado - custo atribuído (demerit cost):** Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (demerit cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais (única classe existente de ativos imobilizados), de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos. 3.3. **Ativos Biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, no invés de somente o custo histórico conforme prática contábil anterior. Os efeitos da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma "reserva de ativos biológicos", com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira.

NOTA 4 - INFORMAÇÕES GERAIS: A Agro Florestal São Caetano S/A, se dedica a exploração de madeira em floresta plantada e floresta nativa e a agricultura de cereais e leguminosas, a pecuária de cria, de corte e leiteira, o plantio de florestas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido. **NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** 3.1. **Ativos e Passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. 3.2. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico, que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, em conformidade com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. 3.2.1. **Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos:** Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo. 3.2.2. **Imobilizado - custo atribuído (demerit cost):** Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (demerit cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais (única classe existente de ativos imobilizados), de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos. 3.3. **Ativos Biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, no invés de somente o custo histórico conforme prática contábil anterior. Os efeitos da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma "reserva de ativos biológicos", com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Diretores e Acionistas da **AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.** - União da Vitória - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC/TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança**

nação pela demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC/TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - (Em Reais)			
RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15	817.497	1.460.945
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		474.677	4.095.086
Exaustão		(711.765)	(920.089)
Depreciação		(4.446)	-
LÚCRO OPERACIONAL BRUTO		575.963	4.635.942
Recargas (Despesas) Operacionais Despesas			
Administrativas		(558.652)	(554.451)
Despesas Tributárias		(20.346)	(32.990)
Outras Receitas (Despesas)		-	(6.911)
Total das Recargas (Despesas) Operacionais		(578.998)	(594.352)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(3.035)	4.041.590
Despesas Financeiras	16	(7.010)	(8.222)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(10.045)	4.033.368
IRPJ/CSLL Correntes		(28.600)	(46.651)
IRPJ/CSLL Diferidos		80.610	(1.079.499)
Resultado do Exercício		41.965	2.907.218

Atribuído a: Valor por lote de 1000 ações 0,03 2,19
 As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro - (Em Reais)			
	2023	2022	
Resultado do Exercício	41.965	2.907.218	
Outros resultados Abrangentes			
Resultado Abrangente Total do Exercício	41.965	2.907.218	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

função do arrendamento das terras para a Madeireira Thomasi S/A, proprietário dos ativos biológicos; j) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações. Para estas revisões é contratada empresa especializada para emissão dos laudos técnicos. 3.4. **Aparição do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. 3.5. **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes a provisões de natureza fiscal. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

NOTA 4 - CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	2023	2022	
Bancos	637	854	
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	637	854	
NOTA 5 - IMPOSTOS A RECUPERAR			
ICMS a Recuperar	1.841	1.841	
Total de Impostos a Recuperar	1.841	1.841	
NOTA 6 - PARTES RELACIONADAS ATIVO			
Partes Relacionadas	10.105.498	9.966.790	
Mútuos com Pessoas Ligadas	123.825	123.825	
Total de Partes Relacionadas	10.229.323	10.090.615	

A Companhia possui um contrato de operação comercial com a companhia ligada Madeireira Thomasi S.A., referente às operações de venda de madeiras em pé para a companhia ligada. Os valores serão recebidos de forma parcelada, sem atualização ou encargos financeiros, conforme contrato que tem vencimento para janeiro de 2028.

NOTA 7 - IMOBILIZADO			
	2023	2022	
Terrenos	18.681.530	18.681.530	
Em 31 de dezembro de 2022	18.681.530	18.681.530	
Custo	18.681.530	18.681.530	
Em 31 de dezembro de 2023	18.681.530	18.681.530	

A Companhia reconheceu baseada no laudo emitido um ajuste no ativo imobilizado de R\$ 18.530.115, em contrapartida o mesmo valor no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Avaliação Patrimonial. Na mesma oportunidade reconheceu os impostos diferidos no passivo não circulante no valor de R\$ 6.300.229 em contrapartida foi redutora do Patrimônio Líquido em Ajuste Avaliação Patrimonial, em decorrência da adoção inicial do custo do ativo. Os terrenos foram avaliados de acordo com o método comparativo de mercado, conforme preconiza a norma NBR ABNT 14.653-3.

Custo Atribuído			
	2023	2022	
Terrenos Rurais	18.530.115	18.530.115	
Total Base de Cálculo Custo Atribuído	18.530.115	18.530.115	
IRPJ (25%)	(4.632.529)	(4.632.529)	
CSLL (9%)	(1.667.710)	(1.667.710)	
Valor Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.229.876	12.229.876	
NOTA 8 - ATIVO BIOLÓGICO: Os saldos dos ativos biológicos da Companhia são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo, seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda.			
Custo Original	2023	2022	
Diferencial do Valor Justo	188.157	192.603	
Total	9.379.765	9.616.853	
Saldo Anterior	9.379.765	9.616.853	
Exaustão/ Realização da Reserva	(4.632.529)	(4.632.529)	
Diferencial do Valor Justo	(1.667.710)	(1.667.710)	
Total Ativo Biológico	9.567.922	9.809.457	
NOTA 9 - FORNECEDORES			
Fornecedores Nacionais	2023	2022	
Total de Fornecedores	-	12.839	
NOTA 10 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
Honorário da Diretoria	2023	2022	
DSSS Rural a Recolher	21.275	21.065	
DSSS Rural a Recolher	5.842	5.808	
FGTS a Recolher	-	3.843	
Provisão P/ Férias	306	218	
Rescisões Contratuais a Pagar	5.340	724	
Total de Obrigações Sociais	85	85	
	32.848	31.743	

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro Método Indireto - (Em Reais)			
	2023	2022	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício	41.965	2.907.218	
Ajustados por:			
Realização do valor justo dos ativos biológicos	711.765	920.089	
Exaustão dos ativos biológicos	4.448	-	
Varição do valor justo dos ativos biológicos	(474.677)	(4.095.086)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80.610)	1.079.498	
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais			
Fornecedores	(12.839)	12.839	
Obrigações Sociais	1.105	3.031	
Obrigações Tributárias - CP e LP	(51.190)	27.452	
Outras Obrigações	(546.299)	654.581	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(406.332)	1.509.622	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos Propostos	(121.536)	(666.359)	
Reversão da Distribuição de Lucros após AGO	666.359	-	
Varição Líquida com Partes Relacionadas	(138.708)	(846.643)	
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	406.115	(1.133.002)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	854	4.234	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	637	854	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS Circulante

	2023	2022
Pis a Recolher	172	4.145
Offina a Recolher	795	19.131
Contribuição Social a Recolher	797	8.052
Provisão P/Imposto de Renda	885	8.947
I.R.R.F. s/Honorários da Diretoria	7.704	7.842
INSS Retido na Fonte		

Documento final gerado em 06/05/2024 09:35:35

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 98b16fc8f56ae4d7bb81892dd322a6c639e2b581ff778fa39cbf217b914dc4c2



Assinatura

Assinado em: 06/05/2024 09:35:48

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 96b5c21a95ec98dee1c58ddce6289b5a



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.46.164	-25.4345216 , -49.2568576	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Unidas

Unidas Locações e Serviços S/A

CNPJ/ME nº 75.609.123/0001-23 - NIRE 41.300.078.424

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

I. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Unidas Locações e Serviços S/A ("Companhia"), na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Chede, nº 3.136, CIC, CEP 81.170-220.

II. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas em Assembleias Gerais da Companhia.

III. Publicações Legais: As Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicadas no jornal "Indústria & Comércio", na edição do dia 22 de março de 2024, páginas 21 a 24 e na versão digital, veiculada na mesma data.

IV. Mesa: Presidente: Sr. Alexandre Honore Marie Thiollier Neto; Secretária: Sra. Laura Rymysza Barbosa.

V. Abertura: Iniciando-se os trabalhos, o Diretor Presidente e Presidente da Mesa, o Sr. Alexandre Thiollier prestou os esclarecimentos abaixo:

VI. Ordem do Dia: Deliberar sobre a aprovação: **(i)** a análise e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; **(iii)** da proposta da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024; e **(iv)** reeleição dos membros do Conselho de Administração.

VII. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos presentes: **(i)** Aprovar, sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhada do relatório da administração e parecer do auditor independente da Companhia, que serão oportunamente divulgados ao mercado nos termos das normas vigentes e submetidas à apreciação dos acionistas em sede de Assembleia Geral Ordinária; **(ii)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente a R\$ 101.685.275,32 (cento e um milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos), a ser apresentada aos acionistas da Companhia em Assembleia Geral, nos seguintes termos: a) R\$ 5.084.263,77 (cinco milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e sete centavos) para a constituição da reserva legal. b) R\$ 96.601.011,55 (noventa e seis milhões, seiscentos e um mil, onze reais e cinquenta e cinco centavos) para distribuição a título de dividendos aos acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital votante e total da Companhia, já antecipados e pagos ao longo do exercício de 2023. **(iii)** Fixar o valor da remuneração global anual da Administração para o exercício social de 2024, no valor de R\$ 7.206.631,57 (sete milhões, duzentos e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos); **(iv)** Aprovar a reeleição dos membros do Conselho de Administração com mandato unificado de 02 (dois) anos, iniciando-se nesta data e estendendo-se até 30 de abril de 2026: a. **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto**, brasileiro, casado sob o regime de separação parcial de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 24.587.282-6 e inscrito no CPF/ME sob o nº 127.013.528-78, com endereço na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Torre Paineira, 15º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, no cargo de **Presidente do Conselho de Administração da Companhia**; b. **Henrique Carsalade Martins**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador do documento de identidade nº 10.275.943-8 IFPRJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.362.237-81, com endereço na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Torre Paineira, 15º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, no cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia**; c. **Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade nº 20.338.473-8, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 122.468.697-73, com endereço na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Torre Paineira, 15º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, no cargo de **Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**; d. **Patrick Magalhães Von Schaaffhausen**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador do documento de identidade nº 29.441.793 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 273.070.638-08, com endereço na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Torre Paineira, 15º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, como **Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**; e. **Felipe Melo Franco Abud**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador do documento de identidade nº 39.276-814-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 409.741.798-33, com endereço na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Torre Paineira, 15º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, como **Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**; f. **Leonardo Augusto Oliveira Kutova**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador do documento de identidade nº MG-13.374.689 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 092.629.616-77, com endereço na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Torre Paineira, 15º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo/SP, como **Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**. a. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para fins do disposto no artigo 147 da Lei das S.A., que não estão impedidos por lei especial e que não estão sujeitos a qualquer restrição legal, visto que não foram condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, os quais são investidos nos respectivos cargos a partir da assinatura do respectivo Termo de Posse, conforme **Anexo I** à presente ata.

VIII. Assinaturas: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto, **Presidente**; Laura Rymysza Barbosa, **Secretária**; Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.), neste ato representada por Alexandre Honore Marie Thiollier Neto e Rafael Thor de Moura Rebelo, **Acionista**.

IX. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata na forma sumária, conforme concordância dos presentes, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Curitiba, 30 de abril de 2024. **Mesa:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto - **Presidente**; Laura Rymysza Barbosa - **Secretária**; Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Acionista representado pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda..

Faça suas publicações legais no DI&C.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/05/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 06/05/2024 10:40:04
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: a0fe2f0a7a0e0b5f4a54caf8352567dfba898814fa94558bd18b6d1f662dc4b



Assinatura

Assinado em: 06/05/2024 10:40:12
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 09570162000130
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 66da48a9609a9403173b779e6d41ceb3



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.22.239	-25.4345216 , -49.2568576	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 124.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

